



Edição especial
Abril 2022
Contribua: R\$0,50

O CORNETA

QUAL SERÁ O DESTINO DOS TRABALHADORES DA 8 E 9?

Passados mais de seis meses desde que o pessoal da CCR começou a trabalhar nas linhas 8 e 9, e mais de quatro desde que a concessionária assumiu definitivamente a operação, os empregados remanescentes da CPTM, cujos postos de trabalho foram, em tese, extintos, seguem sem ter ideia do que o futuro profissional lhes reserva.

Que os dirigentes e chefes dessa empresa são lendários incompetentes, qualquer ferroviário com um ano de casa sabe. Começando pelo presidente, descendo pelas gerências até as chefias de linhas, e incluindo os ASPONEs cujo único mérito foi puxar os sacos certos. Mas a indefinição sobre o destino dos empregados vai além da simples incompetência - é uma tática pensada pela diretoria da empresa.

Já faz um ano que foi solicitado aos trabalhadores que preenchessem um documento manifestando para qual trecho preferiam ser transferidos. De lá pra cá, foram anunciadas umas dez previsões de data para a transferência. Ninguém leva mais nada a sério, nem as chefias imediatas têm mais credibilidade. O ferroviário vai levando o serviço, desanimado, sem perspectiva, mas cada vez mais desgastado.

Existe um impasse quanto ao que fazer com as bilheterias das estações: o governo gostaria de extingui-las, mas se deu conta de que isso é completamente inviável. A CCR não quer nem ouvir falar de bilheteria. É um trabalho a mais, administrar a renda da estação é difícil e arriscado, e pelo contrato de concessão eles recebem diretamente do governo em função do movimento do sistema - eles só transportam, vender o bilhete é problema do governo (através da CPTM). Privatizar as bilheterias é o mais provável que aconteça, mas não é tão simples. As terceirizadas têm pessoal sem o preparo necessário, as estações têm estrutura precária, e muitas estações da CPTM convivem com tensões constantes.

MAIS UMA RODADA DE PDI



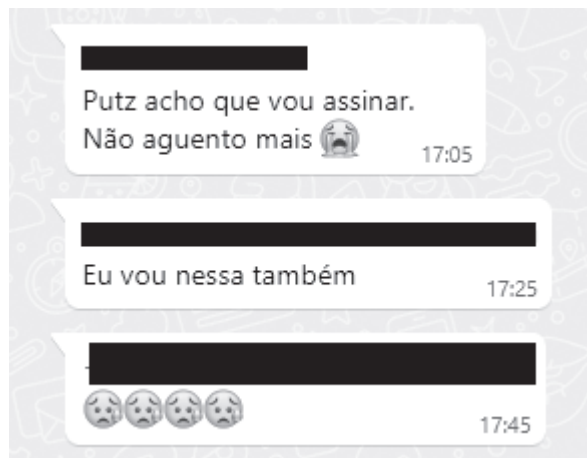
Manter os empregados das linhas 8 e 9 no trecho, engaiolados nas bilheterias, em conflito constante com as chefias da CCR, nesta situação humilhante, não é só uma solução provisória. A CPTM prossegue com sua tática de exaurir, torturar e destruir moralmente os trabalhadores, pra se livrar deles. Manteve por dois anos condições quase insustentáveis de trabalho, forçou os empregados idosos e vulneráveis a trabalhar na pandemia, provocando a morte de dezenas deles (trabalhador morto não exige verba indenizatória), e agora prende os que restaram na terrível situação atual, cobertos de incerteza, forçando a barra até o ponto em que o empregado, que se esforçou para conseguir seu emprego e construiu sua carreira, desista e prefira ir embora.

A grande maioria dos ferroviários precisa do seu emprego, depende da remuneração e da relativa estabilidade, não tem condições de se recolocar no mercado de trabalho no mesmo nível. Nossos colegas esperavam,

com toda justiça, permanecer nos seus empregos até poder se aposentar.

Agora, a empresa anuncia mais uma rodada de demissões voluntárias - a quarta desde o ano passado. Desmoralizados, exaustos e desesperançosos, muitos que disseram não às três primeiras começam a desistir e se conformar com o futuro incerto e em muitos casos preocupante. Alguém acha que é coincidência?

A única resposta que a CPTM apresenta aos nossos questionamentos é a porta da rua: não está satisfeito com a rotina de trabalho de merda que te foi imposta? Assine o PDI. Os sindicalistas sofrem pressão da base e fingem fazer alguma coisa, mas não estão nem aí: eles herdaram os ferroviários da CCR, que estão explorando agora. É preciso se mobilizar e exigir uma solução da empresa. Não aceitar mais essa situação, não aceitar mais a incerteza.





Este jornal não recebe dinheiro de nenhuma empresa. É construído por trabalhadores e militantes da **Transição Socialista**, que acreditam na luta independente da classe operária!

Mande a sua cornetada para ser publicada e deixe a sua contribuição financeira para a impressão do jornal!

mande sua denúncia

Envie no zap “QUERO RECEBER” e receba a versão em áudio do jornal.

(11) 9 7780 2435
face: @jornalocorneta

GOLPE NO PPR 2021

O governo de São Paulo, com ajuda dos sindicatos, deu um golpe na categoria e passou a mão no PPR 2021. A CPTM não apresentou proposta de acordo, os sindicatos ficaram quietinhos e torceram pra peãozada não perceber. Agora, quando seria hora de receber e o pessoal começou a questionar, os pelegos dos sindicatos se apressaram em justificar usando uma lei publicada em 2020, que proibiria o pagamento do PPR.

Segundo eles, “lei é pra ser cumprida”, tudo foi informado à época e a categoria não tem de que reclamar. Na verdade, como muitos de nós sabemos pela experiência, quando ocorrem enfrentamentos entre patrão e trabalhadores o que determina o que pode e o que não pode não é a lei, é a força da mobilização do nosso lado e a força da repressão do lado deles.

Ora, em tese parar totalmente trechos do transporte metropolitano, como fizemos duas vezes ano passado, é ilegal. Alguém aí foi contra nossa greve por isso? Por que os sindicalistas não se manifestaram, já que “lei é pra ser cumprida”? Fizemos nossa greve, conquistamos reajuste, e o governo aceitou, não por uma questão legal **mas porque tinha medo que nosso movimento ficasse ainda mais radical.**

Na época, os sindicalistas entenderam muito bem que o governo aceitava dar reajuste, mas não ia pagar PPR. Não falaram uma palavra, anunciaram tudo como uma vitória colossal e correram pra desmobilizar a greve. Se tivéssemos seguido, poderíamos ter conquistado mais. Agora se fazem de desentendidos, e se escondem atrás de uma lei. Vale perguntar pra eles: como foi que nós conseguimos reajuste? A referida lei veda vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração até 31 de dezembro de 2021. Como é que uma mesma empresa pública, dentro desse mesmo período, pôde dar reajuste mas não pôde dar PPR?

O que é PPR/PLR?

Os programas de participação nos lucros e resultados, assim como as comissões, bônus e gratificações, são **parte do salário do trabalhador**. Eles são disfarçados sob os mais diversos nomes e formas, por interesse do patrão, mas no fundo são simplesmente um tipo de salário, **o salário por peça**. É uma forma de condicionar uma parte do pagamento à produtividade do empregado (às vendas, à receita da empresa, ao número de itens produzidos, no caso de fábricas etc). É por isso que nosso PPR, quando é acordado, fica condicionado ao cumprimento de metas estabelecidas pela empresa. Somente se tais metas forem cumpridas o pagamento é feito.

Pro patrão é perfeito. Em vez de incorporar tudo na remuneração “normal” do empregado, ou seja, a renda que ele precisa pra manter aquele nível de vida pra sua família, uma parte da remuneração fica em suspenso, podendo ser paga parcialmente ou nem ser paga - como está acontecendo com a gente. A CPTM aproveitou a situação no ano passado pra dar um golpe na categoria e deixar de pagar uma parte do nosso salário, que já está prevista todos os anos tanto por nós quanto pela empresa.

Vejamos: uma PPR anual de R\$ 4.500,00 representa, para um salário mensal de R\$ 2.800,00 (o 01 dos AOs), 13% da remuneração. Na prática, é como se nossa remuneração mensal fosse nosso salário mais a PPR dividida por 12 meses - a única diferença é que esta parte é paga de forma anual, em duas parcelas. Nesse exemplo, o trabalhador tomou uma rasteira de nada menos que 13% do seu salário. O que significa que, mesmo com os reajustes conquistados, no fim das contas nós tivemos o salário de 2022 diminuído.

A verdadeira preocupação dos atuais diretores sindicais: Garantir sua boquinha no governo

Enquanto a categoria vive esse drama sem fim, a grande preocupação dos nossos “representantes” sindicais é eleger seu candidato ao governo, de olho nos cargos públicos, nas verbas, nos favorecimentos e na carreira política.

Foi pra isso que eles se reuniram na semana passada. Não para organizar a mobilização de suas categorias, não para lutar por reajuste salarial e condições mínimas de trabalho, mas para fazer campanha eleitoral para Fernando Haddad - o mesmo Haddad que quando prefeito de São Paulo cortou dezenas de linhas de ônibus na periferia, excluiu uma viação que operava na cidade em resposta a uma justa greve de seus trabalhadores e entrou até na justiça pra acabar com o posto de cobrador de ônibus.

